

# Antropologia, diversidade e educação: um campo de possibilidades

Neusa Maria Mendes de Gusmão\*

---

## Resumo

O diálogo entre antropologia e educação é o principal eixo do debate que se coloca como sendo de muitas possibilidades, porém, não isento de tensões e conflitos. As diferentes concepções de culturas forjadas pelas diversas abordagens antropológicas no tempo mostram como a cultura é hoje terreno escorregadio, manipulado e manipulável no campo da educação, tanto quanto pode sê-lo no campo conceitual que lhe é próprio. O atual diálogo entre antropologia e educação tem por meta responder às questões postas pela cultura no tempo presente, quando se reconhece a diversidade social e cultural de diferentes grupos, de modo a resgatar no universo da cultura sua condição de “campo político de muitas possibilidades...”. Por princípio, defende-se aqui, a emergência de uma Antropologia da Educação crítica e moderna capaz de transfigurar os processos formativos em vários campos, dentre estes, a Pedagogia e os cursos de formação de professores.

**Palavras-chave:** antropologia; educação; cultura; diversidade; formação de professores.

## Abstract

The dialogue between Anthropology and Education is the main axis of a wide debate, not free of tensions and conflicts. The various anthropological approaches over time show different conceptions of cultures; these conceptions turn culture into a clay soil, manipulated and handled in the field of education, as much as it can be on its own conceptual field. The current dialogue between Anthropology and Education has for goal to answer the questions proposed by the culture in the present-day, when it recognizes the social and cultural diversity of different groups, in order to rescue it's condition of "political field plenty of possibilities ...". It's defended here, by foundation, the emergence of Anthropology of Education to be critical, modern and capable of transforming formative processes in various fields, among these, the pedagogy and teacher training programs.

**Keywords:** anthropology; education; culture; diversity; teacher training programs.

---

(\*) Antropóloga e professora titular do DECISE – Departamento de Ciências Sociais na Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – FE/Unicamp e da Pós-Graduação – Doutorado em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp.

O desafio do século XXI é a construção de sociedades de aprendizagem na tentativa de superação dos modelos educativos herdados do passado, cujas características homogeneizantes negam a diversidade humana e acabam por engendrar processos de exclusão de diferentes segmentos sociais. Portanto, falar em sociedades de aprendizagem exige compreender o que é diversidade. Exige que se olhe para a sociedade e seu tempo, perguntando, o que é diversidade, aqui e agora no contexto do mundo em que estamos e da realidade em que vivemos.

O presente artigo inspira-se em Carlos Rodrigues Brandão (1981) e propõe-se a demonstrar dois pontos defendidos pelo autor: a) que educação existe em todo e qualquer tipo de comunidade humana onde não haja uma rigorosa divisão social de trabalho entre sujeitos desiguais, em que a escola e o ensino formal podem até não existir, mas existe aprendizagem inerente à prática social e da vida (ex. indígenas); b) que a educação existe em sociedades hierarquicamente divididas em classes, ou seja, que separa os sujeitos e acaba por colocá-los em oposição. Trata-se de sociedades que separam aquele que faz daquele que sabe como faz e o que se faz com o que se sabe. Separa tudo e todos.

### **Sociedades modernas – sociedades de classe**

Em sociedades ditas modernas como a nossa, a escola emerge como *locus* do saber e espaço educacional por excelência. Contudo, sob a égide da igualdade e da homogeneização que a caracteriza, a escola transforma a educação em tão somente ensino e obrigação. É o que gera negação, discriminação e violência. E quem são os sujeitos que se nega, discrimina? São os chamados “outros”, os diferentes – crianças, velhos, imigrantes, negros, indígenas, camponeses, caiçaras, etc... Serão eles um problema social? Para quem e por quê?

A resposta ou respostas possíveis colocam em tela a necessidade de reflexão e intensa crítica a respeito da educação, da diversidade e da diferença e dispõe o desafio de construção da utopia de um futuro equânime e diverso a partir da própria educação.

### **É possível existir uma escola voltada para a diversidade?**

O que seria uma Sociedade de Aprendizagem? Falar em Sociedades de Aprendizagem exige compreender o que é diversidade. Exige que se olhe para a sociedade e seu tempo, perguntando, o que é diversidade, aqui e agora?

Como sugere Ortiz (2000), a noção de diversidade se aplica a fenômenos de naturezas diversas. Uma primeira compreensão afirma que o termo se aplica a formações sociais radicalmente distintas da nossa – tribos indígenas, grupos étnicos, civilizações do passado mais remoto, nações diferentes da nossa. No entanto, hoje sabemos que esses grupos existem no nosso tempo e que não estão “fora” de nossa sociedade. São eles parte de nosso presente histórico e, com isso, elementos significativos de nossa própria alteridade. Quem hoje desconhece a presença indígena no Brasil? Ou a presença de negros, mulatos, mestiços? Que de nação jovem, estamos hoje envelhecendo e que o velho, o idoso é agora alvo de políticas públicas, ações de mercado? E por que reconhecemos tanta diversidade? Talvez, porque cada um desses sujeitos está no nosso mundo, anda pela nossa calçada, cruza nossa esquina e mostra que não estão distantes de nós no tempo e no espaço. Não são, assim, resquício, sobrevivência, restos de um passado distante. Pensar dessa forma é desconhecer a história como processo e fazer dela algo congelado num tempo pretérito.

A existência desses grupos, hoje, atua sobre nós e nossa realidade de modo a exigir serem reconhecidos e, em decorrência, ter reconhecidos os seus direitos. O caso dos indígenas brasileiros no Brasil é exemplar. Vivem eles no interior da nação brasileira, são mais de 500 áreas indígenas e cerca de 200 línguas em território brasileiro, porém se diferenciam por terem uma cultura própria e um território físico e social diferenciado do território nacional, já que demarcado por leis e direitos singulares. No entanto, não estão só na floresta, estão em nossas escolas e universidades, na TV e nos jornais. São de carne e osso, como qualquer outro ser humano e, principalmente, são de hoje, do nosso presente, como foram de nosso passado e serão do nosso futuro. Afinal, olhem para nossos jornais e noticiários, eles estão lá, visíveis, organizados, reivindicando um lugar próprio e seus direitos.

O que isso quer dizer?

Concordando com Ortiz, a questão é que, falar em diversidade exige distinguir qualitativamente as diferenças, ou seja, exige levar o

olhar bem longe e tão profundamente, de modo que se compreenda as propriedades do que é diferente, ou seja, a natureza do que seja diferente e o que constitui a diferença. Com isso, o trato genérico da diversidade e da diferença como coisas equivalentes ou sinônimas cai por terra, não se sustenta. Ambas caminham juntas, mas não são a mesma coisa.

A diferença é algo que se produz socialmente, via um sentido simbólico e um sentido histórico, localizado, definido. Um exemplo: índios, negros, alunos de periferia, do campo e de outros espaços, muitas vezes, são apontados como maioria entre aqueles que vivenciam o fracasso escolar. Estudos diversos apontam múltiplas razões para tal e, muitas vezes, apontam para os próprios sujeitos ou para as condições sociais que possuem. Esse caminho não permite entender porque, apesar das repetências, insistem em retornar à escola, desmentindo em parte, que a questão de falta interesse, inadaptação, maus resultados seriam suficientes para afastá-los da escola. Para essa população, a escola é ainda um valor e pensá-la exige ter presente dois lados: um que é o aluno e o professor como sujeitos socioculturais, outro que é a própria escola em sua dupla dimensão – espaços de regras, normas, obrigações, deveres, mas também, de vida, relacionamentos, descobertas, acontecimentos. Assim, falar de diferença exige, então, que se pergunte: quem é diferente? Quando? Como? Por quê?

Devemos ter em mente que para compreender os homens, mais que olhar para eles, deve-se olhar para as relações entre eles, pois aí é onde se pode compreender o homem por inteiro. Portanto, é preciso que se considere a natureza do contato entre sociedades, grupos ou segmentos de grupos que portam diferenças, para então, contextualizar o que seja diversidade. Olhar cuidadosamente as relações entre os homens permite compreender o sentido histórico que constituem as diferenças, bem como, os processos de contínua significação simbólica que são atribuídos aos diferentes sujeitos ao longo do tempo.

O que podemos afirmar é que as sociedades humanas são relacionais, mas não relativas (Ortiz, 2000, p. 166).

Um pequeno exercício revela como a diversidade é uma construção social, cujo sentido e de significado muda de acordo com o tempo social e histórico, com os interesses existentes em cada momento, em cada sociedade. Um fato incontestável: Deficiência Mental é Deficiência Mental – em qualquer tempo e lugar. Certo? Não, errado. Vejamos:

- em Esparta => DM = condição sub-humana
- na Renascença => DM = eram deixados à inanição
- na Idade Média => DM = vistos como filhos de Deus, especiais
- no Iluminismo => DM = tinham igualdade moral, mas não civil
- na Inquisição => DM = vistos como hereges, iam para a fogueira

Como diz Verena Stolke ( ), compreendemos que a igualdade e a diferença, não são categorias absolutas. Defini-las depende das relações em jogo e do processo de poder e dominação, capazes de criar marginalização e exclusão. Aqui a questão da ESCOLA se coloca por inteiro em sua complexidade e se defronta com seu maior problema, o fracasso diante da diversidade que nos constitui. Nesse sentido, diz Joel Rufino ( ), não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar em “salvar” o ensino a partir de uma falsa noção de igualdade que desconsidera e faz tabula rasa das diferenças, mas também é ingenuidade, pensar em salvar o ensino, pura e simplesmente pelo reconhecimento das diferenças culturais. Isso tudo é insuficiente. E por que é insuficiente?

A escola pensa que a cultura seja apenas traços, elementos culturais fixos que não atende aos requisitos da vida social, já que não é compreendida como processo dinâmico, engendrado por relações as mais diversas e, por isso mesmo, contraditórias, complementares, complexas. A cultura envolve as condições objetivas da vida, mas também os sentimentos, emoções e representações que se tem sobre o que é vivido. Assim, o que a cultura diz e o que está em jogo, não são as diferenças, mas a alteridade que constitui nosso mundo. Ou seja, as relações que nos constitui enquanto um nós coletivo.

Por essa razão, no interior da prática pedagógica, nosso olhar e nosso fazer não são neutros, nem mesmo quando nos apegamos aos valores mais humanitários, os quais são responsáveis pela nossa formação e também pela ciência que praticamos. Se o humanismo é um valor, é também uma ideologia que pode mascarar o nosso próprio fazer. Daí ser lamentável que o professor imagine que ao negro se deva ensinar a dançar, tocar tambor porque seria “próprio” de sua cultura; lamentável é a criança negra querer partilhar com seu grupo uma dança portuguesa e o professor negar porque acredita que não há portugueses negros, ou ainda, o professor que, diante do pesquisador, diz que em sua classe não há negros, apesar da evidente realidade que o contradiz, por imaginar que assim vê a todos como iguais e que não é racista. Isso exige nos colocarmos em postura de alerta constante e questionarmos

permanentemente nossa prática e nossas atitudes no tratamento que damos à realidade. Nesse sentido, cabe pensar a educação e a escola como espaço de tensão e de conflito, de cultura e de alteridade. Um espaço no qual é preciso resgatar as “experiências de escolaridade” de e para professores e alunos, resgatando as histórias de vida que trazem consigo e compreendendo o que é vivido e como é vivido, posto que disso resultem efeitos nas atitudes e disposições (Enguita, 1999, p. 176) que afetam tudo e todos, do processo educativo à prática pedagógica.

Portanto, a realidade, o contexto, não é apenas afirmar que o aluno é da favela, é criança de rua, pobre, é caçara, etc., mas é ter em mente o que isso tudo significa, o que quer dizer em razão de se estar numa sociedade em que as relações entre os homens são relações de hierarquia e de poder. Cabe perguntar quais os mitos, pré-noções, preconceitos, valores que percorrem as sociedades diante de tais sujeitos, para entender por quais caminhos os próprios sujeitos transitam e como esses mitos, pré-noções, preconceitos, valores, neles se encarnam enquanto marcas que geram discriminação, preconceitos e negação. Torna-se necessário ver a realidade social como realidade construída entre sujeitos sociais concretos e em termos de relações de poder e de alteridade, no aqui e agora de nossas vidas, no tempo presente, mas compreendendo que esse tempo é devedor de um tempo de antes, de um passado feito por homens. Nesse sentido, a questão negra no Brasil é emblemática com relação ao passado de escravidão para ter-se em conta o presente e o futuro da população negra.

Qual a sociedade que queremos? Esse desafio enseja movimentos de luta e de conquistas por parte de diferentes segmentos sociais, entre os quais está o negro brasileiro. Temos, então, a conquista de declarações, leis como a Lei 10.639, a lei de cotas, diferentes ações afirmativas e outras que resultam desses impasses vividos por grupos diversos tidos como “outros”, como “diferentes”. Trata-se de impasses da ordem social moderna injusta e desigual.

A modernidade, o avanço tecnológico e o mundo informacional presentes numa ordem social globalizada exigem, cada vez mais, que a educação e sua agência maior, a escola, conformem-se às imposições desse “novo” tempo. Contudo, o olhar que mira o futuro esquece o presente e o passado, esquece que à escola e ao processo educativo cabe a construção da aprendizagem voltada para uma sociedade plural e democrática que considere os saberes construídos por esses grupos no passado e no

presente. A conquista desse fato só é possível se reconhecermos nossa herança e nosso legado, percebendo aí os limites e as potencialidades do processo educativo, dentro e fora da escola, para pensarmos uma sociedade plural e democrática em nosso futuro.

Antes de tudo, é preciso pensar que a educação e a escola se fazem com pessoas, mas nem todas as pessoas encontram, no espaço escolar e fora dele, condições plenas de se reconhecerem e serem reconhecidos como cidadãos e sujeitos de direitos. Torna-se necessário que ela, escola, e os que a constroem, estejam alertas e tenham presente no pensamento que os processos em que uma sociedade classifica os outros como menos, como inexistentes, a diversidade social e cultural se torna um problema dos sujeitos, das instituições, do Estado e da Nação. Torna-se um problema da escola, da família e de todos aqueles que respondem, direta ou indiretamente, pela formação do indivíduo como pessoa e como ser social. O problema esbarra nas dificuldades de reconhecimento das especificidades dos chamados “outros” e acaba por revelar o lugar de onde falam e como falam todos os envolvidos, dentre esses, a instituição escolar.

O maior desafio da escola, portanto, é o de ser, além de um espaço de ensino, um lugar de aprendizagem, capaz de investigar o trabalho educativo e incorporar uma nova proposta de cultura, diversa, complexa e dinâmica centrada na troca e na comunicação entre diferentes, ou seja, uma escola intercultural numa realidade, também ela, intercultural. E o que é uma realidade intercultural?

É uma realidade centrada no diálogo, na relação entre saberes e que objetiva construir uma sociedade mais igualitária e cidadã. Portanto, uma escola e uma sociedade que viabilize resgatar a complexidade humana de modo a integrar o que é particular e específico— único, por assim dizer — e o múltiplo, mais geral e universal. A busca é a de construir um caminho possível, ao conjugar a unidade e o pluralismo da realidade social em busca de uma sociedade verdadeiramente intercultural, conforme sugere Vieira (1999). Para este autor, pensar uma sociedade intercultural é pensar uma sociedade centrada em processos de comunicação, reciprocidade e troca em todas as dimensões da vida humana e também na aprendizagem presente em toda e qualquer sociedade, porém manifesta de forma diversa e em múltiplos estilos e que acarreta também processos educativos diversos dentro e fora da escola.

A educação consistiria aqui, em fecundos processos de aprendizagem e começaria antes da escola, no curso de vida de uma criança e adentraria o espaço escolar – da Educação Infantil à universidade –, fazendo-se presente no processo educativo. Reconhecer essa presença, seus sentidos e significados, seus limites e suas potencialidades, é o desafio maior da escola que pretenda não ser apenas lócus de ensino, mas, sobretudo, espaço de aprendizagem, de troca e de comunicação. LER Slide

Exemplar<sup>1</sup> é o caso dos professores indígenas que não possuem mais tempo para aprender as coisas de sua cultura, pois, como professores oficiais de sua tribo, de seu grupo, precisam usar todo o tempo para aprender e dar conta dos conteúdos que seus superiores esperam que eles desenvolvam em sala de aula. Trata-se de conteúdos que lhes chegam pela escrita em cartilhas, textos, livros, documentos. Em nome da escola e das necessidades do ensino, impossibilitados de viver o cotidiano, rompem com a vida cultural própria e singular do grupo a que pertencem. Rompem com as possibilidades da aprendizagem, pois, levados a privilegiar o saber da escrita, o saber formal, perdem a dimensão da cultura como universo simbólico e como mediação das relações de alteridade, privilegiando, em suas práticas, a cultura escolar instituída desde fora. Deixam, assim, de ter a possibilidade de ser professores interculturais, para atuar no campo das diferenças entre o mundo indígena e a sociedade inclusiva.

O exemplo torna evidente que não basta ensinar na língua indígena; é preciso participar, partilhar, trocar e, com isso, manter a aprendizagem no interior da própria cultura para, como experiência, fazê-la dialogar com tudo isso que vem como exigência e obrigatoriedade por parte da escola como instituição. Não basta, portanto, ser um professor indígena a ensinar indígenas para que o impasse do contato e do conflito seja resolvido.

Na prática educativa para a diversidade está em jogo o compreender a natureza da instituição escolar e a que se destina em sociedades como a nossa. O caráter neoliberal sustenta políticas de ação e de intervenção de caráter educativo, propondo valores gerais de tolerância<sup>2</sup> e igualdade para com os diferentes, sem vê-los em sua diversidade.

---

1 Relato feito na apresentação da Profa. Ana Carla dos Santos Bruno na MR – 13 da IX ABANNE – Manaus, 2005

2 O conceito de tolerância exige uma reflexão crítica que desvende a natureza do tolerar. Quem tolera quem? Para quê e por quê?

## **Educação e Políticas Multiculturais**

No Brasil e em outros lugares, ouve-se muito a respeito de políticas sociais multiculturais e interculturais. Mas, em geral, tais políticas privilegiam a ação e a intervenção, não para todos, senão no espaço e na vida do outro, o chamado “diferente”, acentuando sua diferença e transformando-a em estigma e desigualdade, em preconceito e discriminação. A ação e a intervenção das políticas efetivadas em seu nome acontecem com um caráter político visível e se estruturam no campo ideológico de forma prática e imediata, segundo os interesses da sociedade, mas, quase sempre, sem ouvir os sujeitos que pretendem atender. Ao intervir, a sociedade se impõe como detentora de um saber sobre o outro, que dispensa saber quem ele de fato é, o que pensa sobre sua vida ali onde está e quais suas necessidades. É assim que, como políticas de fato multiculturais e não interculturais, contemplam mais a prática (e o reconhecimento do outro) do que a teoria (e o conhecimento do outro).

Contudo, o sentido do processo de conhecimento é o de privilegiar a diversidade cultural, buscando compreender a natureza do contato entre diferentes e, como tal, apreender o campo político que os envolve conjuntamente, mas que, também, diz respeito ao contexto estrutural que coloca uns e outros em contato e em conflito. No entanto, a alteridade própria das relações humanas é foco de dificuldades quando se trata de reconhecer a existência da diversidade humana para pensá-la no interior das práticas educacionais. Por mais que se reconheça tal diversidade, esta se confronta com os limites de uma natureza homogeneizante inscrita na educação, principalmente, a educação moderna e institucionalizada e em seu espaço maior, a escola. O processo educativo, em sociedades como a nossa, exige a compreensão profunda da cultura e da própria sociedade, na qual a educação moderna e a escola que a representa se inserem.

Importa compreender que não existem sociedades sem cultura, mas são as sociedades que criam a cultura, como diz Manoela Carneiro da Cunha (1998), e isso exige saber que sociedade é essa. A sociedade moderna é movida pela razão instrumental de reprodução do capital, e sua racionalidade penetra todas as instituições presentes no tecido social. Entre essas, a família e a escola, bem como os sujeitos que aí estão com suas práticas e sua mentalidade socialmente construídas. Nesse sentido, também, o processo educativo é permeado pela racionalidade

instrumental e ordena as práticas pedagógicas, colocando em confronto as muitas mentalidades do social que diferentes sujeitos – pais e filhos; alunos e professores, entre eles – trazem para dentro da escola.

Não se trata de colocar em jogo os conteúdos e as disciplinas que constituem a escola, não se trata pura e simplesmente de currículo. Trata-se de discutir, preferencialmente, o como se ensina e o uso que se faz de textos (escritos ou não). Pressupõe considerar a experiência própria dos sujeitos envolvidos na aprendizagem e no processo educativo, sejam estes pais ou filhos, professores ou alunos. Em jogo, a informação que caracteriza os processos educativos formais na dimensão do ensino, mas aponta para o fato de que a escola não pode se limitar a isso, o que resulta em resgatar os processos não formais e informais de aprendizagem dentro e fora da escola.

O desafio da escola é, então, colocar ensino e aprendizagem a falarem juntos, a terem voz juntos, já que se encontram cindidos pela sociedade moderna, sociedade da escrita que não reconhece o saber construído na vida social, fora da escola e da escrita. Faz-se necessário um saber que reconheça e considere a experiência do indivíduo como sujeito coletivo que tem memória, tradição, história de vida, valores, sentimentos, emoções. Esse o desafio do século XXI que permita colocar ensino e aprendizagem a dialogar para construir sociedades de aprendizagem, cuja realidade seria intercultural, vale dizer sociedade de troca, compartilhamento e comunicação entre sujeitos diferentes, que mantendo suas diferenças, possam ser iguais perante a lei, perante a vida. Um ser concreto, objetivo e subjetivo ao mesmo tempo. Um ser que não é apenas aluno, mas é um ser de história e de singularidade. Um ser sociocultural.

A pergunta que se pode fazer é então: as chamadas políticas multiculturais respondem às necessidades de uma sociedade intercultural, uma sociedade de aprendizagem? O que podemos dizer das políticas públicas no Brasil hoje?

Não há tempo para falarmos de todas elas e de modo completo, cabe então tomar por exemplo a Lei 10.639/03, modificada pela Lei 11.639/08 em alguns de seus aspectos.

## **A Lei 10.639/03**

Lei 10.639/2003 – introduz História e Cultura Africana e Afro Brasileira no Ensino Fundamental e Médio.

Lei 11.645/2008 – agrega no mesmo pacote a história e a cultura indígena.

Seria esta uma Lei de negros para negros como pensam muitos?

Para muitos é uma Ação Afirmativa e não concordam com isso e se recusam a trabalhar por ela.

O que não é compreendido:

A discussão em torno da 10.639 é importante pois não se trata de uma questão entre negros e brancos, mas um problema da sociedade brasileira e qual sociedade se quer daqui 20, 30, 40, 50 anos. Não é a sociedade do hoje, é a sociedade do amanhã. É isso que está em pauta. E a gente não pode confundir isso simplesmente como sendo ação afirmativa, com a leitura de cota, porque é mais que isso.

## **Desafios**

A lei 10.639 é extremamente importante, pois coloca uma questão fundamental:

- qual a sociedade que queremos para o futuro?
- qual o papel da educação nesse processo?

Nos sistemas de ensino, nas escolas pedagógicas, onde o negro é inserido? É importante saber isso para saber como ele está sendo estudado, interpretado, conhecido pelas crianças no ensino básico até o chamado ensino superior. Importa saber se o professor, branco, negro ou não negro está em condições de atender os requisitos da Lei. Portanto alguns problemas na implementação da Lei revelam sua perspectiva multicultural, mas não intercultural. Aqui alguns de seus problemas:

- O veto na participação do movimento negro em sua implementação e a universidade como responsável por ela. A universidade por seu reconhecimento público e cientificidade deve responder, mas as faculdades de educação e de pedagogia estão preparadas para tal? O que temos visto por aí?

- PCN's – não contempla a questão da diversidade. Coloca diversidade como sinônimo de pluralidade, quando está discutindo apenas desigualdade mascarada com a noção de diferença

- qual a África que se conhece?

A África tem, segundo as estimativas, cerca de 1.500 idiomas, centenas de etnias. Estamos falando de um continente com mais de 800 milhões de habitantes.

A complexidade africana é enorme. Quando falamos em Angola, por exemplo, isso fica nítido. Nesse país se fala seis grandes línguas, além do português. Cada língua tem suas variantes linguísticas. Essa realidade em Angola é uma coisa, mas ela se expressa de modo singular também na Nigéria, como em todos os outros países africanos. Então, se hoje você tem uma bibliografia que pode ajudar a entender a África, não considere que você está vendo toda a África, mas um recorte.

A discussão em torno da lei 10.639 é importante, mas o parecer que a justifica faz uma abordagem de um processo de vitimização do negro. E não é esse o debate. O debate é: há sujeitos e agentes sociais neste país, que precisam caminhar juntos para formar efetivamente um Estado-Nação coeso. Uma sociedade de aprendizagem.

Essa é a questão. Portanto, nesse sentido, é preciso entender que esse é um fator de conquista, e que há necessidade de se negociar esse espaço social. Nesse sentido, temos que entender que não há conquista sem concessão, e não há concessão sem conquista. Portanto, a Lei foi e é um passo fundamental, mas como apontam diversas análises, ela ainda “não vingou” e esta é a expressão maior de que a conquista está apenas no patamar inicial – ao do reconhecimento da diversidade, mas não de seu inteiro conhecimento. No primeiro passo ela é multicultural resolvida no aspecto legal e no discurso oficial e militante, mas encontra “barreiras” para sua efetivação. Não é diferente com o Art. 68, com as Cotas, etc...

Contudo, cabe ressaltar que a Lei 10.639 carrega no seu processo um dado catalisador que é a dinâmica de mexer com a escola. Isso ela faz. Faz com que todos os agentes da escola repensem a sua prática. Nesse sentido, o parecer também avança para repensar a escola como um todo. Não só a escola pública, ou só a escola privada, ou só a escola confessional, que tenha um grande contingente de negros ou não. Toda a escola, pois faz com que se comece a se pensar no cidadão brasileiro. No negro e nos

outros como cidadãos deste país, mas com suas particularidades e no conjunto das particularidades existentes no Brasil.

Outro aspecto a destacar da nova legislação é que com a questão indígena tudo se complica e pode virar não um, mas dois bodes para o professor resolver em classe. O que conhecemos a respeito da e por sociedade indígena brasileira? O que nós sabemos a respeito disso? Os estereótipos. A gente vê na escola o Dia do Índio. Pinta a criança como o índio americano. E nós somos um país indígena, também. É um desafio: são 180 línguas dentro da sala de aula. Depois nos falam ser fácil a educação, a interculturalidade, tão simples assim. Não, é um desafio!

São muito poucos os especialistas, seja para História e Cultura Africana, seja para História e Cultura Afro Brasileira, e também são poucos os especialistas em História e Cultura Indígena. Como nós também temos poucos especialistas para atender deficiência auditiva, visual, motora. Então vejam, o processo de inclusão educacional vai se dar mais de modo paulatino, com formação, isso vai demorar algumas gerações para se atender adequadamente todos os segmentos. Aqui importa compreender que cultura e ideologia em sociedades como a nossa andam juntas, mas não é a mesma coisa. Saber o que são e como se tramam no espaço da sociedade capitalista pode ser a chave para darmos passos mais largos na questão da diversidade sociocultural que informa nossa realidade e nossa luta.

Nesse caminho, por enquanto, o que temos não são os órgãos públicos encaminhando a conquista da lei. O que temos são professores comprometidos e bem intencionados, são as prefeituras mais liberais, são os governos estaduais que possuem um secretário, uma secretária da educação, ou nas escolas que possuem um diretor, um coordenador ou uma coordenadora pedagógica que quer a implementação da lei e o seu avanço. Apenas isso. É importante? É. Mas será suficiente?

Toda a escola pode fazer isso? Pode. Há um dispositivo legal na LDB e nos PCN's de que cada escola pode constituir o seu projeto político-pedagógico. Político, para algumas administrações, para outras é só o projeto pedagógico. Dentro desse contexto, as unidades escolares estão fazendo isso, pelo país afora, a partir dos compromissos que uma direção tem, que uma coordenação pedagógica tem, ou que um secretário da educação quer, tem e exige disso da coordenação regional. Isso ocorre, por exemplo, na cidade de São Paulo. No entanto, isso não dá conta da realidade.

Por tudo isso se faz necessário pensar numa proposta de educação intercultural.

LER SLIDES DE 15 A 19 PARA FECHAR